



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001909-55.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Exequente: **Amauri Pedro Biancolini**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **AMAURI PEDRO BIANCOLINI** em face de **BANCO DO BRASIL S.A** (incorporador do Banco Nossa Caixa). Preliminarmente, pleiteou pelo benefício da justiça gratuita ou, subsidiariamente, pelo diferimento das custas. No mérito, requereu o pagamento dos valores oriundos da reposição do expurgos inflacionários em relação à conta poupança de nº 15.013.874-2 (fl. 21), referentes ao Plano Verão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 16/48.

Deferido o diferimento das custas ao final do processo (fl. 49).

Citado (fl. 55), o banco ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 57/81) e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 56). Juntou documentos às fls. 82/95.

Foi determinada a suspensão do feito (fl. 96), por força da r. Decisão proferida nos autos do REsp n. 1.438.263 – SP.

Certificada a desafetação dos REsps nºs. 1.361.799 e 1.438.263 e cancelamento dos Temas 947 e 948, do STJ, procedendo-se o levantamento da suspensão do feito (fl. 100).

Manifestação sobre a impugnação às fls. 104/128.

Instado a comprovar a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 130), o exequente se manifestou à fl. 146 e trouxe documento às fls. 147/148.

Feito saneado às fls. 150/151.

Cálculo de liquidação às fls. 179/184.

Manifestações sobre o laudo às fls. 194 e 195/202, pelo exequente e executado, respectivamente.

É o relatório.

Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pois bem, discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial, sendo que já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos, na decisão irrecorrida de fls. 150/151.

Adveio laudo do contador judicial às fls. 179/184, adstrito aos exatos termos do título exequendo e das decisões proferidas nos autos.

O exequente demonstrou total concordância com o valor apurado (fl. 194), e em que pese a manifestação do banco (fls. 195/202), não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do contador que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais que, aliás, restaram irrecorridas e apurou como saldo devedor o valor de **R\$ 4.252,50**.

Incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo *expert* às fls. 179/184 e **REJEITO A IMPUGNAÇÃO**.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

Com o trânsito em julgado desta sentença e decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, **expeça-se mandado de levantamento em favor do exequente**, referente ao depósito efetuado em juízo de fl. 56, **no valor de R\$ 4.252,50**, com os devidos acréscimos legais.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa nos autos e arquite-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 27 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**